

Dinheiro saindo pelo vertedouro

SANTANA, Edvaldo Alves de. "Dinheiro saindo pelo vertedouro". *Valor Econômico*. São Paulo, 31 de agosto de 2017.

Os consumidores brasileiros não deviam, mas já se acostumaram a receber as contas dos esqueletos deixados em algum canto por alguém. O setor elétrico tem o maior necrotério e em suas gavetas estão armazenadas contas de um passado recente e até do presente, o que torna os esqueletos ainda bem fresquinhos, sem a necessidade de uso de quaisquer tecnologias modernas para identificar o DNA.

Os valores são multibilionários, muito maior do que o novo rombo fiscal. Nos últimos 4 anos, por exemplo, os consumidores tiveram que assumir um passivo de mais de R\$ 100 bilhões, explicados pela permanente crise hidrológica. Para refrescar a memória, uma parte disso foi aquele empréstimo tomado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para que as distribuidoras não quebrassem.

Foi uma solução inédita, na época do vale-tudo, pois não se podia falar em racionamento nem em aumento de tarifas: era período eleitoral. O consumidor também paga por uma coisa chamada de "repactuação dos riscos hidrológicos", em que as hidrelétricas repassaram para os tansos os custos da energia que não poderiam entregar. No final das contas, as tarifas, entre 2013 e 2016, aumentaram mais de 50%. E vem mais.

Uma conta bem mais recente, de 2016, é a indenização das transmissoras, que, de uma hora para outra, passou a ser chamada de "compensação de receita", quem sabe para contornar ilegalidades ou o pagamento de tributos. Só aí são mais R\$ 62 bilhões que, a exemplo dos demais custos, já começamos a pagar. Se for incluído em tudo isso o passivo da Eletrobras, que o governo estima em mais de R\$ 90 bilhões, facilmente chegaremos em R\$ 250 bilhões, por baixo.

Todo esse montante me lembra o ano de 1975, no início da minha carreira no setor elétrico. Ao ver a hidrelétrica de Salto Osório, no sudoeste do Paraná, produzindo em sua capacidade máxima, perguntei aos operadores da usina o nome técnico daquele local por onde jorrava uma quantidade de água que eu jamais havia visto. Era o vertedouro, e recebi a explicação de que o que eu via era "dinheiro saindo pelo ladrão", pois a usina poderia gerar mais energia se tivesse mais máquinas. Nunca esqueci da expressão.

Isso me leva a falar de uma conta nova, novíssima para os consumidores de energia, que tem assustado quem entende do assunto com profundidade. Números publicados pela CCEE indicam que o GSF, do nome em inglês, ou fator de ajuste da geração das hidrelétricas pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), para agosto de 2017, será menor que 63%. Isto significa que tais usinas não conseguem gerar nem 37% do que se comprometeram ao receber suas outorgas. O custo dessa geração a menos é de R\$ 6,5 bilhões só em agosto.

Como não há perspectiva de melhora da hidrologia até novembro, o custo até lá deve ser superior a R\$ 22 bilhões, aos quais devem ser adicionados os valores do

restante do ano. A conta facilmente ultrapassará os R\$ 50 bilhões. Um valor insuportável para os consumidores, por isso apavora.

Mas seus efeitos produzem pânico. Quem pagará essa conta? Como foram as hidrelétricas que geraram menos, o passivo seria delas. Por causa de normas e regras aprovadas no passado em medidas provisórias, os custos do MRE e do risco hidrológico foram repassados aos consumidores. Em resumo, mais de 85% dos R\$ 50 bilhões serão assumidos por quem já está pagando maiores tarifas por causa da bandeira vermelha, da indenização das transmissoras etc. etc.

Mas esse não é o único custo vinculado à escassez de água. Os 25% de hidrelétricas que não aderiram à repactuação hidrológica, como não podem repassar (diretamente) seus custos para os consumidores, em geral fazem contratos de hedge, uma estratégia para se protegerem de riscos.

Em fevereiro deste ano, quando já se tinha uma boa noção de que a hidrologia não seria lá essas coisas, essa proteção tinha um custo médio de R\$ 220/MWh. Ou seja, para se protegerem de um elevado fator de ajuste, que poderia ser valorado a mais de R\$ 500/MWh, as usinas pagavam 44% disso, com um custo anual de quase R\$ 9 bilhões. Claro que esse custo também será transferido para os consumidores.

Uma curiosidade, que deixaria Milton Friedman e Roberto Campos ruborizados: se não existisse a intervenção do governo, ao criar as cotas e a repactuação dos riscos hidrológicos, todas as hidrelétricas fariam seus contratos de hedge, o que reduziria os custos totais para menos de R\$ 20 bilhões e a conta para o consumidor não alcançaria R\$ 4 bilhões. Porém, como não se acredita no mercado...

Você deve estar se perguntando para onde vai todo esse dinheiro. A maior parte vai para as usinas termelétricas, que geram em lugar das hidrelétricas. A outra parte é apropriada pelos detentores dos contratos de hedge, que devem comprar energia de térmicas para respaldar suas operações. Portanto, é para as termelétricas que flui quase todo o dinheiro que escapa pelos vertedouros. Isso talvez tenha a proeza de ajudar a retirar a Petrobras do buraco, se o mercado de curto prazo da CCEE estivesse liquidando, mas aí é problema para novo artigo.

Não precisava ser assim. Desde 2014, as hidrelétricas não conseguem produzir 85% de suas garantias físicas. São fortes as evidências de que estas estejam superestimadas. 2016 seria um bom ano para revisar tais garantias, dado que as distribuidoras estavam sobrecontratadas. O assoreamento dos rios e dos reservatórios e o desvio não autorizado de água para outros usos afetam a produtividade das hidrelétricas e a energia que podem gerar. Mas ainda há tempo.

Acredito que, se a conta for bem-feita, a garantia física do conjunto de hidrelétricas deveria ser, no mínimo, 90% menor do que seus certificados atuais. Só isso representa 5.500 MW médios. Da mesma forma, se, em agosto forem excluídos da equação do fator de ajuste 4.000 MW médios da energia de reserva, a conta para os consumidores seria reduzida para R\$ 3 bilhões, e não mais R\$ 6,5 bilhões, o custo do mês.

Vê-se, nestas circunstâncias, que desde 2013 não existe água fluindo pelos vertedouros, mas há muito dinheiro saindo pelo ladrão. Em 2018, isso pode representar uma explosão das tarifas. Como gerar empregos? Como tornar a indústria competitiva diante desse cenário? São as questões que precisam de urgentes respostas.

Edvaldo Alves de Santana é presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace)